

Saberes tradicionais: alternativas para a sustentabilidade das práticas agrícolas na perspectiva dos índios Terena de Mato Grosso do Sul

Claudionor do Carmo Miranda*
Miguel Jordão**

Resumo: A etnia Terena, cujos territórios se localizam em Mato Grosso do Sul, é um dos grupos indígenas mais populosos do Brasil. Esta população tem sua economia baseada na agricultura – prática fundamentada nos saberes tradicionais do grupo. Este artigo discute qual o significado de “saberes tradicionais” na perspectiva dos Terena, tendo como foco suas práticas agrícolas atuais. O tema é fundamental diante da proliferação de programas de etnodesenvolvimento para populações indígenas. A articulação dos saberes tradicionais ao saber científico, o qual fundamenta as ações propostas pelo Estado para fortalecer a agricultura nas Reservas Indígenas, apresenta-se como uma alternativa para melhorar o desempenho destes programas, facilitar o diálogo e o entendimento entre os agentes externos e a comunidade, e, principalmente, para orientar uma proposta de fortalecimento das práticas agrícolas Terena.

Palavras-chave: Saberes tradicionais; Terena; desenvolvimento local.

Abstract: The Terena ethnic group, whose territories are in South Mato Grosso, is one of the most populous of Brazil. This population bases their economy on agriculture – a practice founded on the traditional knowledge of the group. This article discusses what the significance is of “traditional knowledge” from the viewpoint of the Terena, focussing on their present agricultural practices. The theme is fundamental given the proliferation of ethnodevelopment programmes for indigenous populations. The articulation of traditional knowledge and scientific knowledge, which founds actions proposed by the State for the strengthening of agriculture on Indigenous Reservations, presents itself as an alternative for the improvement of the outcome of these programmes, facilitates dialogue and understanding between external agents and the community, and most importantly, guides a proposal for strengthening Terena agricultural practices.

Key words: Traditional knowledge; Terena; local development.

* Mestrando do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, UCDB

** Acadêmico do curso de graduação em Administração de Empresas Rurais e Cooperativas, UCDB

As concepções indígenas do universo e da natureza devem ser analisadas seriamente, como meios válidos de se relacionar com o mundo e não como supersticiosas ou primitivas (Huges apud, DeVall & Sessions, 1995, p. 98).

Introdução

O Brasil é um país rico em diversidade sociocultural, e ao longo de sua história estiveram sempre presentes, os saberes tradicionais de cada povo que aqui vive. Mas, com a chegada dos europeus, estes saberes foram sendo esfacelados, deixando de serem exclusivos de seus detentores originários, passando a serem manipulados por outros intermediários. Um dos povos que mais têm sofrido com estas intervenções no Brasil são os povos indígenas, sendo altamente prejudicados pelas manipulações de seus saberes tradicionais, deixando seqüelas até nos dias de hoje.

Uma das maiores etnias indígenas existentes no Brasil e a segunda maior no Estado de Mato Grosso do Sul que ainda preserva a produção agrícola baseada nos saberes tradicionais, por possuírem uma vocação de *agricultores* (sem dúvida, a atividade que, por assim dizer, define seu *ethos*) é a etnia Terena. Este povo possui uma forma diferenciada de aprender, repassar e até mesmo de guardar seus saberes tradicionais. Desde o nascimento, os pequenos já são envolvidos em práticas culturais como ritos, cantos, cerimônias, que marcam as fases de sua vida no sentido de ter, este, sua cosmovisão formada a partir dos valores que possui o grupo ao qual pertence. Mas estes saberes têm sido ignorados por órgãos governamentais e não-governamentais de pesquisa e extensão rural que atuam em projetos de desenvolvimento nas comunidades indígenas Terena de Mato Grosso do Sul.

Este artigo pretende abordar a importância dos saberes tradicionais na sustentabilidade das práticas agrícolas sob o ponto de vista do povo Terena de Mato Grosso do Sul. Serão abordados dois aspectos: na primeira parte discutirá o que realmente entendemos por saberes tradicionais e sua importância na agricultura. E na segunda e última parte, discutiremos alternativas de desenvolvimento para o povo Terena a partir destes saberes.

1 Relação dos saberes tradicionais do povo Terena com as práticas agrícolas

Inicialmente destacaremos o conceito de “saber tradicional”, baseado em algumas definições a que tivemos acesso. Encontramos, entretanto, um problema operacional, talvez por não entender o que é, e sim entender qual é a mais adequada definição que temos para trabalhar com nossa população indígena.

A definição mais precisa, no nosso ponto de vista, é a do Primeiro Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica (1998), que define saber tradicional como “um conhecimento a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido oralmente, de geração em geração, [...] práticas e inovações e não um simples repositório de conhecimentos do passado. É um modo de produzir inovações e transmitir conhecimentos por meio de práticas específicas” (Gallois, 2000).

Percebemos que estes saberes estão muito presentes nas áreas Terena de Mato Grosso do Sul, principalmente nas práticas agrícolas cotidianas. Este assunto, no entanto, não tem chamado muita atenção dos profissionais da área agrícola, simplesmente porque pensam o contrário desta definição, em função talvez de sua formação acadêmica.

Configura-se, neste caso, o confronto de dois saberes: *o tradicional e o científico moderno*. De um lado, está o saber acumulado das populações tradicionais sobre os ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, a influência da lua nas atividades de corte da madeira, da pesca, sobre os sistemas de manejo dos recursos naturais, as proibições do exercício de atividades em certas áreas ou períodos do ano, tendo em vista a conservação das espécies. De outro lado, está o conhecimento científico, oriundo das ciências exatas que não apenas desconhece, mas despreza o conhecimento tradicionalmente acumulado (Diegues, 1994).

Na verdade, os indígenas sempre mantiveram suas práticas culturais no que se refere à caça e à agricultura, segundo as percepções espirituais da natureza, preservando a terra e a vida na terra (Ribeiro, 1986).

Trabalham seus modos de produção respeitando a natureza, aproveitando os recursos que a natureza lhes oferecia para produzirem seus alimentos, pois o que sempre as comunidades buscam é tirar da natureza somente o suficiente para alimentar suas famílias, deixando para trás a ambição de ficar rico, explorando a única fonte de alimento para seus filhos, que é a terra. Percebe-se esta proximidade na fala de um ancião de aproximadamente 70 anos de idade, da Terra Indígena Nioaque-MS,

quando sentávamos na lavoura na hora do tereré:

Meu filho, quando aparece diversas ervas na área de plantio, como *o carrapicho*, *a malva*, *a tiririca*, significa que a terra já se encontra bastante cansada e que necessita de tempo para repousar, de energia para recompor suas forças e que a mãe natureza se encarregará disso, portanto temos que deixar por conta dela. Quando aparece muita rama de *guanchuma* na roça significa que o solo já está muito compactado e que precisa ser plantado outros tipos de culturas neste espaço com raízes profundas para quebrar a terra e permitir uma maior penetração de água no solo.

Enquanto os profissionais da área técnica defendem a aplicação de calcário para recompor a qualidade do solo, de produtos químicos para combater as ervas daninhas, os indígenas defendem que a natureza dará conta de recompor as qualidades originárias do solo, através do *pousio* da terra e que a diversificação das culturas darão resultados na descompactação do solo.

Culturalmente, o povo Terena acredita que a lua exerce uma influência direta nas atividades agrícolas, razão pela qual trabalham a agricultura em concordância com as fases desse satélite. Isto se pode observar na fala de um ancião da Aldeia Água Branca, município de Nioaque-MS, quando nos dizia:

Meu filho, a lua e o vento são um dos melhores indicadores para nós índios na época do plantio. Não se planta nenhuma cultura de “rama” na lua crescente. A maioria das culturas de subsistência se planta na lua nova. Quando se está plantando e começar a ventar sul, pare e não prossiga, porque a cultura quando crescer viçará muito e não produzirá.

Apesar deste tema ser muito antigo, há pouca informação documentada que se pode encontrar. Mas os indígenas manejam abundantes informações verbais sobre este assunto que compartilham entre si e repassam de geração à geração. No nosso ponto de vista é um rico conhecimento que precisa ser valorizado. Eles, guiados pela sua sabedoria, como se pode observar na fala de um dos anciãos, no parágrafo anterior, realizam suas práticas agrícolas tomando em consideração os movimentos da lua, apesar das recomendações de alguns espertos em agricultura. Frequentemente, porém, este conhecimento é menosprezado por considerá-lo empírico e carente de comprovação científica. Não obstante, e a pesar de todo o conhecimento gerado até agora no campo agrícola, os indígenas insistem em suas práticas ancestrais porque, desta maneira, garantem sua sobrevivência e afirmam sua identidade étnica.

Segundo Thun (1991), há uma coerência muito grande destes saberes com o saber científico. Com relação à afirmação do ancião referente a

não plantar ramos na lua crescente, Thun (1991) destaca que, neste período, a força de atração da lua sobre a terra aumenta, diminuindo consideravelmente a gravidade terrestre. Isto provoca dentro da planta um maior movimento e quantidade de água, razão pela qual, ao cortar uma estaca ou uma rama, há uma maior eliminação de água e ao ser plantada poderá morrer por desidratação. Afirma ainda o mesmo autor que no caso específico das estacas que são utilizadas para a propagação vegetativa, realmente não é conveniente cortá-las nesta fase, pois ao haver muita água dentro dela, os hormônios que promovem o enraizamento (auxinas) estarão muito diluídas e não ajudarão a estimular a emissão das raízes.

Quando o ancião afirma que na lua nova é a fase de plantar cultura de subsistência, como o arroz, milho, feijão, etc., é porque segundo Thun (1991), justamente, nesta fase, que há um grande movimento de água no subsolo e as sementes, ao entrar em contato com a mesma, terão oportunidade de absorver água mais rapidamente e germinar no tempo previsto e de forma mais homogênea que em outras fases da lua.

Segundo Brand (2003), o conhecimento de cada indígena sobre a natureza reflete, certamente, sua experiência cumulativa de busca de compreensão e entendimento, que vai sendo repassado às gerações, tendo sempre como referência a sua cosmologia.

Com as diversas experiências de vida na aldeia, pudemos observar que estes saberes tradicionais indígenas não têm caráter comunitário, ou seja, os dominantes destes saberes são pessoas preparadas pelos *xamãs* e dependendo da variação na prática *xamânica* e de quem está fazendo, o significado não será o mesmo. Concordamos com Gallois (2000), quando afirma que “o que é tradicional no saber tradicional não é sua antiguidade, mas a maneira como ele é adquirido e usado”.

Neste sentido acreditamos ser possível pensar em desenvolvimento e fortalecimento das práticas agrícolas do povo Terena, a partir da integração do conhecimento científico com o saber tradicional indígena.

2 A integração do Saber Tradicional com o Saber Científico como fundamento a ser pensado para o Desenvolvimento Local em áreas indígenas Terena

Segundo Ana Valéria Araújo (2002), diversos estudos atestam serem os povos indígenas os responsáveis, em grande parte, pela diversidade biológica de nossos ecossistemas, produto da interação e do manejo da natureza em moldes tradicionais.

Esta interação do índio com a natureza e sua forma de manejo, manifesta-se no saber tradicional, ou seja, sua sabedoria adquirida em séculos de vida próxima à natureza, que permitiu sua compreensão acerca destes ecossistemas, das propriedades das plantas, dos animais e das técnicas de uso e gestão destes sistemas (Cuellar, 1997).

Lévi-Strauss (1989), em *O Pensamento Selvagem*, destaca a importância do conhecimento tradicional das populações indígenas, ao afirmar a existência da elaboração de técnicas muitas vezes complexas, que permitem, por exemplo, transformar grãos ou raízes tóxicas em alimentos. Segundo o autor, existe, nesses grupos humanos, uma atitude científica, uma curiosidade assídua e alerta, uma vontade de conhecer pelo prazer de conhecer, pois apenas uma fração das observações e das experiências poderia fornecer resultados práticos e imediatamente utilizáveis.

Neste sentido, os órgãos de pesquisa e extensão rural e programas de etnodesenvolvimento em aldeias indígenas de Mato Grosso do Sul, têm falhado por, na maioria das vezes, não levar em consideração o entendimento de que cada povo possui seu próprio sistema de perceber e interpretar as coisas. Brand (2003) aponta como umas das causas dos fracassos verificados nos assim denominados “projetos de desenvolvimento” implantados em sociedades tradicionais, em especial nas comunidades indígenas, o fato de desconsiderarem ou desconhecerem as características próprias e distintas das economias indígenas e de suas relações com o meio onde vivem.

Para se trabalhar com comunidades diferenciadas em busca de seu desenvolvimento, em especial com populações indígenas, faz-se necessário primeiro, que os agentes externos do desenvolvimento estejam atentos por conhecer melhor a dinâmica dessas relações, seus conhecimentos empíricos e suas formas de organizar-se ou, ainda melhor, escutar o povo indígena acerca de seus processos formativos, respeitar seus saberes tradicionais, deixar que (...) “o desabrochamento de suas competências, capacidades e habilidades, nasçam de dentro para fora, aproveitando seus recursos endógenos que consiste o núcleo central do Desenvolvimento Local (Ávila, 2000).

Na verdade, o que realmente se propõe é uma igualdade nas condições de acesso ao “desenvolvimento” de tal forma que agentes internos e externos à cultura indígena, possam pensar em conjunto uma relação onde processo e produto se confundem.

Neste sentido buscar combinar o conhecimento científico do agente exógeno, estranho à cultura do povo indígena, com a realidade per-

cebida numa determinada comunidade, de tal forma que este agente funcione como catalisador entre o saber tradicional e o científico possa ser um parâmetro importante para o Desenvolvimento Local nas comunidades indígenas Terena de Mato Grosso do Sul. É fundamental, porém, que tanto os agentes externos quanto os internos passem por um processo de educação e formação para alcançar este objetivo.

Com relação ao desenvolvimento de suas práticas agrícolas, parte significativa dos desafios que esses povos enfrentam hoje tem sua origem, exatamente, na imposição desse modelo ocidental de desenvolvimento altamente concentrador, excludente e destruidor da natureza (Brand, 2003). Tal processo produtivo convencional tem contribuído para a degradação do meio ambiente, pois leva ao desgaste do solo e reduz sua fertilidade que, segundo Bourlegat (2000), representa “a perda da base genética dos recursos naturais, reduzindo a margem de manobra das futuras gerações”, e, conseqüentemente, ocasiona a degradação da qualidade de vida dessas populações indígenas, dificultando a cada ano, a subsistência das famílias em situação de confinamento.

Nossa experiência, enquanto indígenas que tivemos umas das poucas oportunidades de conhecer os dois lados da moeda, ou seja, presenciar *in lócu* o saber tradicional e aprender as técnicas científicas na Universidade, nos fortalece na busca de alternativas de desenvolvimento para nosso povo, a partir deste ponto de vista. Temos presenciado diversas atitudes de extrema ignorância de órgãos governamentais e não-governamentais, de técnicos de governos e de Universidades quando prestam assistência técnica a programas de etnodesenvolvimento nas aldeias indígenas Terena, quanto à sensibilidade e valorização do saber tradicional do povo indígena. É notório que os profissionais destes órgãos ignoram este tipo de saber, principalmente o relacionado às práticas agrícolas, tentando fazer prevalecer seu conhecimento científico dentro de um segmento puramente acadêmico.

Estas atitudes têm sido, como dito anteriormente, umas das possíveis causas dos fracassos dos programas de etnodesenvolvimento das comunidades indígenas.

Na integração destes dois saberes objetiva-se a possibilidade de diminuir este tipo de problema, de melhorar o desempenho dos programas nas comunidades, facilitar o diálogo e o entendimento entre os agentes externos com a comunidade e pensar em uma proposta conjunta de fortalecimento das práticas agrícolas baseadas nos saberes tradicionais da cultura indígena. Esta proposta de integração destes dois saberes

serviria como instrumento para subsidiar os órgãos de pesquisa e extensão rural em programas de etnodesenvolvimento em aldeias indígenas e melhorar suas formas de atuação nas comunidades. Percebemos que, com a desconsideração deste aspecto, os programas relacionados ao fortalecimento das práticas agrícolas nas comunidades Terena não darão muito resultado.

Considerações finais

Durante muitos anos muitas pesquisas já foram realizadas em populações indígenas em diversas áreas e comprovaram que são herdeiros de um processo histórico que acumula milênios de experiências humanas múltiplas e, geralmente, bem sucedidas nas relações homem/meio ambiente (Kashimoto et al., 2000).

Esta experiência milenar, seus saberes tradicionais, tem sido ignorada e desprezada por órgãos de pesquisa e extensão rural em programas de etnodesenvolvimento em aldeias indígenas, mas é preciso buscar formas que valorizem estes conhecimentos.

Carrelli (2001, p. 90) no caderno índios no Brasil defende a idéia de que “espera-se que alternativas propostas e executadas pelos índios possam viabilizar ou reforçar seus processos de autonomia – que as experiências anteriores, conduzidas de fora, jamais conseguiram garantir”.

Com nossa experiência de profissionais indígenas na área agrícola, observamos que as formas de intervenção dos agentes externos nas comunidades indígenas com intuito de ajudar têm ocasionado transtorno interno, principalmente nos relacionado às práticas agrícolas cotidianas dos indígenas.

Portanto, é importante destacar a busca de alternativas de desenvolvimento tomando em consideração aspectos endógenos importantes, como o saber tradicional, mas não podemos esquecer que o desconhecimento das estruturas existentes nas sociedades indígenas tem sido a principal causa de fracassos destas intervenções, resultando em muitos casos verdadeiro desastre e descrédito por parte dos índios. Neste sentido é que vemos a importância de integrar o saber tradicional com o saber científico como mecanismo a ser pensado para o Desenvolvimento Local nas comunidades indígenas Terena de Mato Grosso do Sul, facilitando o diálogo e o entendimento dos agentes externos com a comunidade definida.

Referências

- ÁVILA, Vicente Fidelis de. Pressupostos para formação educacional em Desenvolvimento Local. *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Campo Grande-MS: UCDB. n. 1, p. 63 a 75, set. 2000.
- ARAÚJO, A. V. Acesso a recursos genéticos e proteção aos conhecimentos tradicionais associados. In: LIMA, A. (Org.). *O direito para o Brasil socioambiental*. Porto Alegre: Instituto socioambiental/ Sérgio Antônio Fabris Editor. 2002.
- BOURLEGAT, C. A. L. E. Ordem local como força interna de desenvolvimento. *Interações*. Campo Grande, 2000. p. 13-20.
- BRAND, Antônio Jacó. Biodiversidade, sócio-diversidade e desenvolvimento: os Kaiowá e Guarani no Estado de Mato Grosso do Sul. In: COSTA, Reginaldo Brito da (Org.). *Fragmentação florestal e alternativas de desenvolvimento rural na região Centro-Oeste*. Campo Grande: UCDB, 2003. p. 175-204.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Primeiro relatório nacional para a convenção sobre diversidade biológica*. Brasil. Brasília, 1998.
- CARELLI, Vincent. *Índios no Brasil: trabalho e lazer*. Brasília: MEC, 2001.
- CUÉLLAR, J. P. (Org.). *Nossa diversidade criadora: relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento*. Campinas, SP: Papirus; Brasília: Unesco, 1997.
- DEVALL, Bill & SESSIONS, George. (Ed.) *Deep Ecology*. Peregrine Smith, 1985.
- DIEGUES, A.C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- GALLOIS, Dominique T. Sociedades indígenas em novo perfil. Alguns desafios. *Travesía, Revista do Migrante*. n. 36, año XIII, Janeiro-abril 2000. p. 5-10.
- KASHIMOTO, E. M. & MARTINS, G. R. Mato Grosso do Sul: Povos Pré-Históricos e Indígenas. 2000.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem*. Campinas, SP: Papirus, 1989.
- Primeiro Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica. 1998.
- RIBEIRO, D. (Ed.); RIBEIRO, B. (Org.). *Suma etnológica brasileira: etnobiologia*. 2. ed. Petrópolis: Vozes/FINEP, 1986.
- THUN, M. *Constelaciones y agricultura biológica-dinámica*. 3. ed. Rudolf Steiner. Madrid - España, 1991.

Recebido em 16 de junho de 2005.

Aprovado para publicação em 15 de agosto de 2005.

